

**Ata da 07ª Reunião Ordinária  
do Conselho Estadual dos  
Direitos da Criança e do  
Adolescente do AM/ 2024.**

Às quatorze horas do dia doze do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e quatro (12/09/2024), reuniram-se em uma reunião **ORDINÁRIA**, na sala de reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/AM, presidida pela presidente Amanda Cristina Gomes Ferreira.

**PRESENTES:** Amanda Cristina Gomes Ferreira – **CEDCA/IACAS**; Izys Maria Rodrigues dos Santos – **IACAS**; Jane de Souza Nagaoka – **SES**; Alcione Lelo Reis – **SEDUC**; Tereza Celeste Freire de Moura Pangaio – **SEAS**; Roberto Said de Oliveira – **SEFAZ**; Everaldo Ramos dos Santos – **SEC**; Jaqueline Nogueira da Silva – **SEJUSC**; Rosivane Souza dos Anjos – **CÁRITAS**; Margarete Rocha Torres – **CÁRITAS**; Maura de Jesus Pantoja Medina – Centro de Formação **Vida Alegre**; Maria Wanderlice Solartes da Cruz – **MCVE**; Andréia Costa Fernandes - **OAB**. **CONVIVADOS:** Margarete Rocha Torres (**CÁRITAS**); Ennio Queiroz de Oliveira (**CEDCA**); Hellen Bastos Gomes (**UFAM/PRODECA**); Aline Ribeiro de Lima (**UFAM/PRODECA**); Nathalia de Souza Freires (**UFAM/PRODECA**); Andréia Cláudia Valente (**IACAS/PPCAM-AM**); Adna Portugal (**CMDCA**). Marcia Locam (**SEDCA/SEJUSC**)

**Da pauta constou-se:** A presidente do Conselho Amanda Cristina Gomes Ferreira inicia a sétima reunião Ordinária do CEDCA/2024, desejando uma boa tarde a todos **a) O que houver:** os presentes e sinaliza o envio das frequências dos membros desse conselho e das substituições que foram feitas. Em seguida ela pede para que os novos membros se apresentem, que são eles o suplente Roberto Said de Oliveira (SEFAZ), e a suplente Margarete Rocha Torres (CÁRITAS). Em seguida, A presidente Amanda fala da mudança administrativa do conselho e apresenta a nova Secretária Executiva Heloyse Barros Gonzaga Tavares, e o Sr. Ennio Queiroz de Oliveira que será a pessoa de referência para os CMDCA´s sobre as tratativas dos fundos municipais. Em seguida cita



34 a primeira pauta da reunião: **b) Minuta de Resolução (ECAM):** A presidente Amanda  
35 Cristina passa a palavra para a professora Hellen Bastos Gomes, que pediu pauta ao  
36 conselho para apresentar a Minuta da Resolução da Escola de Conselhos, para que a  
37 ECAM tenha uma resolução e haja a regulamentação da Escola Ouvindo os Conselhos  
38 do Estado do Amazonas. Pontua que essa resolução será encaminhada ao Ministério dos  
39 Direitos Humanos e em especial para Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente  
40 e inicia a leitura da Minuta de Resolução. No que diz respeito aos membros do Comitê  
41 Gestor, Amanda (IACAS) sugere que o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do  
42 Adolescente do Amazonas- FÓRUM DCA participe também deste comitê. Hellen atende  
43 a sugestão. Em seguida, a presidente Amanda Cristina delibera que seja apresentada na  
44 Plenária, depois vá a Comissão de Políticas Públicas, e logo depois marcam uma Reunião  
45 Extraordinária para aprovação deste conselho. Todos concordam e a professora Hellen  
46 segue com a apresentação do Relatório do Projeto Humanistas-Programa Observatório  
47 dos Direitos das Crianças e Adolescentes (PRODECA). Ela apresentou a Coordenação,  
48 o Objetivo Geral, os objetivos Específicos, o trabalho com os três Eixos: controle, defesa  
49 e promoção e os 6 municípios presentes nessa pesquisa: Careiro Da Várzea, Novo Airão,  
50 Iranduba, Manacapuru, Manaus e Presidente Figueiredo. Explanou acerca da  
51 metodologia que foi dividida em quatro momentos e depois apresentou os resultados e  
52 os produtos oferecidos para os 6 municípios de forma geral. O primeiro produto é o site  
53 do PRODECA/ECAM disponibilizado para todos. Posteriormente, haverá duas cartilhas,  
54 uma sobre os Direitos Básicos da Criança e do Adolescente e a outra que falará sobre a  
55 violência sexual. Além disso, estão em processo de elaboração e editoração dos 3 livros  
56 que fazem parte da pesquisa. **c) Apresentação da Escola Ouvindo Conselhos do**  
57 **Estado do Amazonas- ECAM-** Em seguida a professora Hellen passa a palavra para a  
58 Aline Ribeiro de Lima que inicia sua leitura sobre a proposta do ECAM. Aline apresenta o  
59 objetivo geral, metodologia, lócus dos participantes, organograma, e o cenário de  
60 inscrição de formulários para os Conselheiros Tutelares, e para Conselheiros de Direito.  
61 A presidente Amanda expressa que o número de conselheiros inscritos é muito baixo e o  
62 colegiado delibera que seja feito uma solicitação ao Conselho Municipal dos Direitos das  
63 Criança e do Adolescente – CMDCA de Manaus na pessoa da convidada Adna Portugal  
64 (conselheira do CMDCA) para que acione a mesma acione o seu Conselho e faça a  
65 mobilização para que os conselheiros tutelares da capital se inscrevam na ECAM. O que  
66 cabe ao CEDCA, é fazer articulação junto aos CMDCA's de todos os municípios para que

67 os conselheiros de direito se inscrevam e mobilizem os conselheiros tutelares dos seus  
68 municípios, pois de acordo com edital, todos os conselheiros precisam participar de  
69 capacitação, então, é necessária uma mobilização para que mais conselheiros tutelares  
70 se inscrevam. **b) Minuta de Resolução (PPCAM);** A presidente passa a palavra para a  
71 Andréia Cláudia Valente Coordenadora Geral e representante do Programa de Proteção  
72 da Criança e Adolescente Vítimas e Ameaçadas de Morte (PPCAM/AM) para que  
73 apresente a segunda pauta. Andréia inicia a leitura da apresentação de uma proposta de  
74 Minuta de Resolução. A presidente Amanda delibera que essa minuta siga o mesmo  
75 procedimento, que é encaminhar para a Comissão de Políticas Públicas e ressalta que o  
76 Programa precisa da mesma coisa da Escola de Conselhos (ECAM): se tornar real,  
77 precisa de uma “certidão de nascimento para ele existir”, e explica que o PPCAM existe  
78 parcialmente no Estado do Amazonas. E que todos precisam entender a quem cabe a  
79 proteção, e pede particularmente que todos compreendam o Programa para que seja  
80 visto, e que se os conselheiros tiverem esse entendimento do programa no Estado ele  
81 será alcançado por mais pessoas, e isso dará subsídio ao PPCAM. Continua explicando  
82 que o projeto principal será federalizar com a execução do Estado. **c) SIPIA;** A presidente  
83 Amanda pontua que no regimento, o SIPIA pertence ao CEDCA, logo, o Conselho  
84 assumirá as atividades. Expõe que ao decorrer do tempo surgiram bastantes solicitações  
85 para Capacitação, mas com os imprevistos como eleição, seca e troca do corpo  
86 administrativo, ficou um inviável atender. Então, toda equipe pensou em uma maneira de  
87 divulgação e continuação do trabalho: que inicialmente será de forma online e depois  
88 presencial. As capacitações tanto online como presencial foram divididas por calhas. Na  
89 presencial pensou-se de vir um conselheiro tutelar de primeiro mandato e um  
90 coordenador municipal. Mas a presidente explica que para que isso seja possível, deve  
91 ser feita a solicitação de uma sala de mídia que tenha pelo menos 20 computadores e  
92 internet. Existe proposta de datas, mas podemos mudar por conta da seca, para facilitar  
93 a vinda desses municípios para que não se repita o que vem acontecendo nos relatórios  
94 estatísticos onde apenas 10 municípios acessaram o Sistema. A conselheira Margarete  
95 Torres (CÁRITAS) sugere o laboratório do CETAM, Jaqueline Nogueira (SEJUSC)  
96 menciona o da SEDUC. Rosivane Souza(CÁRITAS) relembra que a SEFAZ dispõe de  
97 uma sala de laboratório equipada. Roberto Said (SEFAZ) afirma que tem e com uma  
98 ótima estrutura, mas é um laboratório com bastante demanda. A presidente delibera que  
99 seja feito as solicitações para os órgãos citados. Em seguida, passa a palavra para a

100 secretária executiva Heloyse a qual informa aos novos conselheiros de forma breve o que  
101 é o SIPIA, referindo-se ao Sistema de Informação para a Infância e para a Adolescência,  
102 que trabalha principalmente com os conselheiros tutelares. Um sistema onde eles podem  
103 colocar tudo o que fazem no conselho de denúncias ou uma simples informação e daí  
104 é gerado dados, por isso ele é tão importante, em seguida faz apresentação do  
105 cronograma com as datas e municípios participantes em cada uma delas. Continua  
106 falando que se pensou no mês de novembro fazer a capacitação presencial dividindo os  
107 municípios em 3 turmas, onde cada turma faria dois dias de capacitação. A conselheira  
108 Jaqueline Nogueira (SEJUSC) sugere que seja feito na primeira e segunda semana de  
109 dezembro, por conta do segundo turno das eleições. Heloyse explica que o município de  
110 Manaus não participará da formação presencial. E a presidente Amanda fala explica que  
111 os conselheiros de Manaus, receberam duas capacitações só este ano e mesmo assim,  
112 não acessam o sistema, por isso precisa de cobrança do CMDCA. Margarete Torres  
113 (CÁRITAS) sugere que o CEDCA, comunique ao CMDCA de Manaus, a ausência dos  
114 conselheiros tutelares nas capacitações. A presidente explica que não é ausência de  
115 capacitação, e sim, de acesso ao sistema e explica que o CEDCA/SIPIA tem acesso aos  
116 dados de quem acessou e iniciou procedimentos no sistema. A conselheira Jane Nagaoka  
117 (SES) sugere que como o CEDCA tem acesso a esses dados, poderia encaminhar um  
118 ofício ao ministério público com esse espelho pedindo providencias, relatando que já  
119 foram realizadas muitas capacitações e mesmo assim há essa ausência. A presidente  
120 Amanda atende à sugestão e delibera que seja encaminhado do conselho ao ministério  
121 público um espelho de acesso de cada município. Roberto Said (SEFAZ) questiona: “o  
122 que eu vejo que funciona é vinculação de dados, que existiram 6 mil casos, mas no sipia  
123 não teve nenhum. E onde geraram esses dados?” Amanda responde: “na Secretaria de  
124 Segurança Pública- SSP”. Roberto Said (SEFAZ) pergunta se há possibilidade de vincular  
125 esses dados do SSP ao SIPIA, pois tem sistemas que compartilham dados, então um  
126 alimentava o outro. A conselheira Jane Nagaoka (SES) pontua: “o que significa SIPIA?  
127 Sistema de Informação para infância e a Adolescência”. Heloyse (SECRETARIA  
128 EXECUTIVA) explica que são informações diferentes de qualquer outro sistema e a  
129 presidente Amanda, expõe que o conselheiro tutelar deveria fazer o atendimento nesse  
130 sistema, porque a partir da porta de entrada o sistema já aponta para onde deve ser  
131 encaminhado. Silvia Carla (Rede de Proteção/FECTAM) pede faz apontamento: “Quando  
132 a gente fala de responsabilização de um órgão no caso, o conselho tutelar, a gente tem



133 que pensar tem que esse órgão tem sustentabilidade de funcionamento a partir de uma  
134 gestão pública, logo eu preciso ter estrutura de funcionamento, claro. Estamos falando  
135 também de 62 municípios do estado do Amazonas, será se eles têm estrutura?” A  
136 presidente Amanda pontua que não estão discutindo sobre os Conselheiros Tutelares  
137 dos municípios, e sim dos CT’s de Manaus que não estão acessando o sipia. Roberto  
138 Said (SEFAZ) pontua que a partir do momento que eles começam a utilizar o sipia, tem  
139 como detectar a falta estrutura etc. A presidente faz encaminhamento para que seja  
140 solicitado da SSP e da FVS esses dados de violência e encaminhado para o CMDCA de  
141 Manaus e ao Ministério Público o espelho com acessos desses sistema e com os não  
142 acessos ao SIPIA, solicitando providências. d) **O que houver:** A presidente Amanda  
143 solicita uma votação para a mudança de turno das Reuniões Ordinárias para o período  
144 da manhã às 08h30min, toda segunda quinta-feira de cada mês. Todos APROVAM. A  
145 conselheira Rosivane Souza (CARITAS) solicita as Atas das reuniões do colegiado. A  
146 presidente delibera que seja encaminhado para todos. A conselheira Jaqueline Nogueira  
147 (SEJUSC) pede a fala e pontua que as secretárias Rosalina e Andreza, pensaram em  
148 uma proposta de reestruturação administrativa do CEDCA e apresenta a Sra. Marcia que  
149 é técnica na SEDCA. Explica que a Sra. Márcia virá em outro momento na reunião da  
150 diretoria para entender a Dinâmica do Conselho. Em seguida, passa palavra para a  
151 técnica Marcia Locam que se apresenta e menciona que fará assessoria técnica nessa  
152 transição em prol do colaborativo, e que já fez algumas observações mediante a questão  
153 do apresentável. Menciona que o objetivo é diagnosticar os trabalhos administrativos e  
154 colaborar para melhoria do trabalho em geral, diz: “*Temos melhoria partindo do ponto no*  
155 *monitoramento nesse caso partindo do sipia, do controle das informações, comunicação*  
156 *com a equipe, temos um desafio como a Amanda colocou na questão do dos Conselhos.*  
157 *Mas um objetivo do nosso trabalho é trabalhar em cima das melhorias. Não está definido*  
158 *um prazo de quando vamos iniciar. Mas hoje como participante tem tenho notado algumas*  
159 *coisas e assim podemos dar melhores resultados”. O colegiado dá as boas-vindas e*  
160 *agradece a contribuição. Em seguida, a presidente solicita a participação de todos os*  
161 *membros da Comissão de Finanças para que comece a atuar porque agora o colegiado*  
162 *tem a assinatura da ordem de serviço do Centro Integrado e é preciso discutir e*  
163 *apresentar o resumo dos repasses. A conselheira Jaqueline Souza (SEJUSC) expõe que*  
164 *a Empresa vai iniciar as visitas técnicas, para ver o posicionamento dos containers e*  
165 *demais serviços, pois a ideia é não parar a DEPCA. Então, pretende-se transferir para os*

166 containers os serviços emergenciais e “tocar a obra”. A presidente Amanda pontua: “A  
167 comissão de finanças, a partir disso, precisa tomar as rédeas e solicitar da SEJUSC e da  
168 empresa que assumiu o contrato, o valor desse orçamento que vai ser desembolsado e  
169 usado. Mas para isso, é preciso que as comissões funcionem e tenham ata, para  
170 apresentar o desenvolvimento do recurso ao MPT”. O conselheiro Roberto Said (SEFAZ)  
171 pede para explicação sobre a obra do centro integrado, uma vez que, ele acabou de  
172 assumir a suplência. A presidente Amanda (IACAS) explica que é um reforma  
173 e adequação da DEPCA e explica que este recurso veio do MPT para construção de um  
174 espaço que tivesse todos os agentes responsáveis pelo atendimento de crianças vítimas  
175 de violência. Então, por ser uma doação, é preciso que o Conselho acompanhe o fluxo  
176 das obras, o desembolso e a construção. Após explicação, a presidente fala brevemente  
177 sobre a questão da diretoria do CEDCA e propõe uma reunião extraordinária para uma  
178 nova eleição da diretoria. Todos concordam. **LEITURA DOS INFORMES** 1- Seminário do  
179 Plano Decenal no dia 23 e 24 de setembro. 2- A Campanha de Combate ao Tráfico para  
180 a Exploração Sexual de Mulheres e Crianças que acontecerá no dia 23 de Setembro de  
181 2024. 3- Jane Nagaoka (SES) comunica sobre o Planejamento do Plano de Saúde e opta  
182 por fazer um curso de telessaúde da UEA, que será aberto em outubro, e solicita o apoio  
183 e a divulgação do CEDCA. 4- A denúncia de assédio de um conselheiro, o que cabe a  
184 este conselho e cobrar ao ministério qual foi a providência. (Rosivane do Caritas) recebeu  
185 uma denúncia e queria saber como estava a situação da Delegada da DEPCA. A  
186 presidente fala que isso pode entrar na próxima pauta. Não havendo mais assuntos a  
187 serem tratados, a presidente encerrou a reunião.

188

189

**Amanda Cristina Gomes Ferreira**

190

Presidente do CEDCA/AM